

EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA: uma arena de disputa nas políticas públicas

Resumo

A educação especial esta cada vez mais no auge das discussões referentes às políticas educacionais, especialmente nessas últimas décadas. De modo particular, ela voltou à arena de disputa com o Decreto 10.502 em setembro de 2020. Este decreto explicitou que as disputas políticas, para fazer valer o direito educacional a todas as pessoas, podem ser vistas a partir do ciclo de influências nas políticas. Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo, fazer uma leitura de discursos oficiais (esse Decreto e outras políticas da área) sobre esse tema, e analisá-las a partir de epistemologia do Ciclo de Políticas de Ball e Mainardes (2011), as relações da Biopolítica a Análise do Discurso de Michael Foucault (2008, 2014 e 2017) e, os embates nas políticas da educação especial de Kassar; Rebelo; Oliveira (2019). O recorte temporal será feito a partir da publicação da Política Nacional da Educação Especial de 1994 até o Decreto 10.502, inclusive analisando-as e apontando os motivos que levaram o S.T.F. ter sido acionado no final de 2020 a se pronunciar sobre o tema. Como metodologia, em um primeiro momento será feito o confronto entre os discursos oficiais, conforme recorte temporal e referencial teórico adotado e, no segundo momento, analisar-se-á o decreto acima mencionado apontando seus principais limites em relação ao direito educacional das pessoas com necessidades específicas. No final, será apresentado como resultado, as influências na elaboração e implementação (ou não) das visões educacionais presentes nessas políticas e, seu reflexo numa sociedade democrática.

Palavras-chaves: Educação Especial; Políticas Públicas; Inclusão.